



Anais da Assembleia

Nº 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1.989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Algaci Túlio e Eduardo Baggio.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Anélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hernas Brandão, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Placentini, Nelvo Beraldin, Nereu Carlos Massignán, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert. (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Rafael Greca. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está em votação a ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN -(Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deferir e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 126/89, de sua autoria, que revoga o Art. 2º da Lei nº 8756, de 27 de abril de 1988, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 171/89, constante da Ordem do Dia de hoje em votação, por tratar-se de matéria sobre a qual há requerimento de Regime de Urgência a ser apreciado, bem como trata-se de matéria orçamentária.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Resolução nº 38/89, item 12, da Ordem do Dia a presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, na forma regimental, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 171/89, tendo em vista a necessidade de tempo maior para a precisa análise da solicitação encami-

nhada a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, pedindo autorização para ampliar os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.905, de 5 de dezembro de 1988, em face da complexidade da matéria, do volume dos recursos a serem suplementados em relação aos fixados pela lei orçamentária para o corrente exercício e em vista, ainda, da constatação de uma distorção nos números constantes nos quadros demonstrativos da mensagem nº 60/89.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Na Mensagem nº 60/89 encaminhada a esta Casa, o Senhor Governador do Estado justifica a sua solicitação para obter autorização para ampliar os limites autorizados pela lei do orçamento do corrente exercício para a abertura de créditos suplementares a aceleração do processo inflacionário que, elevando nominalmente os valores, suscita a rápida exaustão do limite autorizado nos artigos 5º e 9º da Lei 8.905/88.

Na fundamentação de sua mensagem a esta Casa são apresentados valores prováveis das diversas espécies de despesas integrantes do Orçamento Geral do Estado, dentro da expectativa inflacionária mencionada, bem como a necessidade de autorização adicional por parte do Poder Legislativo.

Com base na inflação acumulada de junho de 1988 a junho de 1989 e a projetada para até o final do corrente exercício, a mensagem governamental estima que as despesas com recursos do Tesouro se elevarão a NCz\$ 4.436.413.917,00, enquanto que as despesas orçadas, já incluindo os 30% autorizados para a suplementação de recursos perfazem NCz\$ 2.541.199.323,00. A diferença para cobrir os novos valores prováveis das diversas despesas seria, portanto, de NCz\$ 1.895.214.594,00 e não os NCz\$ 2.091.723.559,00. A diferença é de NCz\$ 196.508.965,00.

Observa-se no quadro demonstrativo de recursos de outras fontes que a necessidade de autorização adicional corresponde exatamente à diferença entre o valor provável e o valor orçado, incluídos os 30% (trinta por cento) para a suplementação já autorizados pela lei do orçamento.

O Chefe do Executivo, ao encaminhar sua mensagem faz apenas uma projeção das diversas despesas, argumentando que a aceleração do processo inflacionário suscita a rápida exaustão do limite autorizado pelos artigos 5º e 9º da Lei 8.905/88, mas não faz referência ao comportamento da receita nem qual o volume de recursos dos créditos já suplementados, tanto em relação aos de recolhimento centralizado como em relação aos de recolhimento descentra-

lizado.

Na lei orçamentária para o corrente exercício a receita orçada de ICM é de NCz\$ 992.842.123,00, tendo sido arrecadados até o mês de julho, já com as alterações introduzidas pelo novo sistema tributário nacional, NCz\$ 675.879.200,00.

Este Legislativo necessita de pelo menos três dias para efetuar o levantamento dos créditos já suplementados, bem como necessita de informação quanto à arrecadação até agora efetivada, para que possa este Poder Legislativo, fundamentado em dados, possa decidir pela aprovação da solicitação pleitada pelo Senhor Governador do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembleia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ GARCIA, ocorrido no último dia 06, na cidade de Cambé.

Requer, outrossim, seja dada ciência, da decisão, à família enlutada, na pessoa do Senhor José do Carmo Garcia, Prefeito Municipal de Cambé.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Causou grande pesar, em Cambé, o falecimento do senhor JOSÉ GARCIA, pioneiro do Município, onde chegou no ano de 1940. Ele deixou viúva dna. Ignez Aparecida Piffer Garcia e os filhos Luiz Carlos Garcia e José do Carmo Garcia, este último Prefeito de Cambé e Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

José Garcia, que morreu aos 70 anos, foi pintor e bancário, tendo ainda desempenhado grande atividade no campo social, em favor das áreas mais carentes da cidade. Seu desaparecimento, por isso mesmo, causou grande consternação em todo o Município.

A toda a família enlutada queremos manifestar, ao lado de nossas condolências, as expressões de solidariedade, não só deste Parlamentar, mas de toda a Assembleia.

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembleia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da doutora MERCEDES CORSI VILELLA, ocorrido em Londrina.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão à família da extinta, na pessoa do Doutor Justino Araujo Vilella, viúvo, à rua prof. João Cândido, 398, apto. 62, em Londrina.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A sociedade londrinense recebeu com grande pesar o inesperado falecimento de dna. Mercedes Corsi Vilella, esposa do Doutor Justino Araujo Vilella, antigo presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores e ex-membro da Junta Administrativa do IBC. Mãe de dois filhos, a extinta era advogada, com larga militância nos meios forenses de Londrina e Região, onde gozava de grande estima.

Com o marido, que lhe sobrevive, Mercedes Corsi Vilella durante anos teve estreita vinculação com o Vale do Ivaí, uma vez que o casal possuía propriedade agrícola no Município de Bonsucesso.

REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos de hoje do Poder Legislativo do Estado, de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao jornalista JORGE KUDRY, pela sua recondução à vice-presidência da CONFEDERAÇÃO SULAMERICANA DE FUTEBOL DE SALÃO:

O paranaense Jorge Kudry foi reconduzido à vice-presidência da Confederação, na chapa encabeçada pelo paraguaio Rolando Alarcon Rios. A Assembléia Geral da CSAFS aconteceu no dia 06 de agosto próximo passado, na cidade de Assunção e contou com a participação dos delegados do Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A recondução do jornalista paranaense ao cargo deu-se ao fato de ter, nos primeiros 4 anos de mandato, realizado um intenso trabalho, em todo o continente sulamericano, visando o desenvolvimento das categorias menores.

A expectativa é de que o eminente jornalista continue, nos próximos 4 anos, desenvolvendo esse trabalho, pois, somente assim, o nosso futebol de salão vai, dentro de muito breve, se tornar tecnicamente muito bom.

Não há dúvidas de que o dinamismo, determinação e capacidade de empreender de Jorge Kudry pesaram em muito no momento da sua recondução ao cargo, ao lado, é claro, dos seus predicativos de homem competente e sério, demonstrados, no exercício da sua carreira profissional.

Justa e merecida, portanto, esta homenagem que faz o Poder Legislativo do Es-

tado a esse brilhante paranaense, alvo de escolha internacional.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1559

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito. REQUER, no uso de suas prerrogativas, após ouvido o Colendo Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, gestionando pela inclusão da solicitação de implantação de sistema de abastecimento de água no JARDIM VIVIANA, na Estrada do Cerne, no Município de Almirante Tamandaré, como prioridade no Programa Estadual de Saneamento Rural.

As inúmeras famílias que residem na região (abaixo assinada anexo) têm encontrado sérias dificuldades na higienização e asseio dos seus lares, devido à inexistência de abastecimento de água.

Há que se considerar o grande número de crianças que ali residem, o que obriga a redobrar as atenções no tocante à questão sanitária e agrava ainda mais a iminência de implantar-se sistema de água tratada, a fim de impedir que prosperem moléstias e outros males evitáveis.

Afora isto, justificamos o encaminhamento da reivindicação a essa pasta, por orientação fornecida pela Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, em atenção a requerimento apoiado por esta Casa Legislativa, em 20.04.89.

Na certeza de que a presente solicitação se enquadra diretamente nos objetivos do PESR, de equacionar os problemas de abastecimento de água no meio rural, aguardamos um posicionamento favorável do Sr. titular da pasta, a fim de atender-se à merecedora comunidade, nesta justa reivindicação.

Que do teor do presente dê-se ciência à Prefeitura Municipal e Vereadores com assento à Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1562

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expostas, Requer, seja oficiado ao ilustre Diretor do Detran do Paraná Sr. Jesus Sarrão, expediente no sentido de ver instalado um Posto de Exame Psicotécnico, com sede na Cidade de Bandeirantes, com o objetivo de atender os

Municípios de Itambaracá, Santa Mariana, Andirá, Abatiã, Ribeirão do Pinhal e Santa Amélia e outros municípios da região, facilitando dessa forma os interessados na obtenção do exame para a habilitação ou renovação da carteira de motorista.

Salienta-se que esse nosso pedido foi realizado por diversas oportunidades sem que, até o momento, nenhuma providência fosse tomada, desrespeitando assim, os interessados na obtenção desse exame, pois os mesmos são atendidos somente aos sábados na Cidade de Cornélio Procopio, e tal situação apenas traz transtornos aos mesmos, sendo uma solicitação antiga, que executada, resolveria não só ao povo bandeirantense, bem como aos demais moradores regionais.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao Prefeito Municipal de Bandeirantes, Câmara de Vereadores de Bandeirantes, e em especial ao Edil Aparecido Ribeiro Richter.

Solicitamos ainda, seja oficiado tal pedido ao Prefeito Municipal de Santa Amélia, Santa Mariana, Abatiã, Andirá, Itambaracá e Ribeirão do Pinhal, bem como às respectivas Câmaras Municipais dos mesmos Municípios citados.

Solicitamos, também, seja oficiado ao Presidente do Diretório do PMDB, Sr. José Antônio Conegno à Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Presidente do Diretório Municipal do PDT Sr. João Abrão ao Banco do Brasil S/A. de Bandeirantes, ao Presidente do Diretório Municipal do PTB Sr. Antonio Luiz Meneghel, à Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A., ao Presidente do Diretório Municipal do PDS Sr. Daniel Meneghel à Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A., ao Presidente do Diretório Municipal do PSDB Sr. Luiz Carlos Reis à Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", e ao Presidente do Diretório Municipal do PFL Dr. Ilton de Souza Guerra à Prefeitura Municipal de Bandeirantes, ao Presidente do Diretório Municipal do PDT de Santa Mariana Vereador Laurindo Moreira de Carvalho à rua Henrique Spagda 38, ao Presidente do Diretório Municipal do PDT de Santa Amélia Sr. Miguel Rodrigues à Prefeitura Municipal, ao Sr. Presidente do Diretório Municipal do PDT de Itambaracá Sr. João Cheira à Av. Interventor Manoel Ribas 155, ao Presidente do Diretório Municipal do PRN de Itambaracá Sr. José Carlos de Carvalho à Câmara Municipal, ao Presidente do Diretório Municipal do PTB de Itambaracá Sr. Antônio Izidoro Maluta à Chácara Maluta, ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Itambaracá Sr. Adenilson Merlin à Prefeitura Municipal, ao Presidente do Diretório Municipal do PDT de Ribeirão do Pinhal Sr. José Carmo Badaró à Rua Antonio Rosa 992 e ao Presidente do Diretório Municipal do

PMDB Sr. Anésio de Souza no mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 09/08/89.

(a) VALDERI VILELA

REQUERIMENTO N° 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, solicitando providências, para que seja instalado uma Delegacia da Mulher, na Cidade de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A questão de segurança pública, especialmente da mulher, na Cidade de Pato Branco e região, mostra-se cada dia mais caótica, com um número de crimes e violências contra a mulher, acentua-se cada vez mais, com registro de mais de 10 ocorrências semanal, com a intranquilidade da população local e o descrédito cada dia maior contra o poder constituído.

Ocorre que este Governo, evoca para si, a função de autoridade reguladora das relações sociais, impondo normas de funcionamento e estabelecendo as políticas de conduta. Assim sendo, cabe-lhe a obrigação de zelar pela integridade e tranquilidade de seus cidadãos e cidadãs, fornecendo-lhes os meios para a defesa de si próprios e de seus bens.

REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretários da Administração e da Fazenda, sugerindo-lhes que seja adotado, de imediato, no Paraná, sistema de reajuste de vencimentos dos servidores públicos, nos moldes anunciados pela União.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A União acaba de anunciar que os servidores públicos passarão a ter seus vencimentos reajustados mensalmente, conforme a variação do I.P.C., determinando regras para essa correção.

Na falta de uma política definida para o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Paraná, a fórmula adotada pela União poderá ser implantada, também, em nosso Estado.

O momento parece oportuno, e as medidas preliminares poderão ser tomadas desde logo, a fim de que, já em agosto, as fo-

lhas de pagamento já sejam elaboradas dentro da nova sistemática.

A propósito, os preços dos gêneros de primeira necessidade, nestes últimos 30 dias, chegam a acusar altas de até 200% o que nos faz crer que a arrecadação do I.C.M. também foi bastante elevada, possibilitando esses reajustes periódicos.

REQUERIMENTO N° 1553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja mantido o tratamento tributário diferenciado para as micro e pequena empresas.

1. MINISTRO DA FAZENDA, SR. MAILSON DA NÓBREGA.

2. MINISTRO DO PLANEJAMENTO, SR. JOÃO BAPTISTA DE ABREU.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Uma grande ameaça paira sobre as microempresas, é a intenção do Sr. Ministro da Fazenda em determinar uma mudança no regime de tributação das mesmas. Esta atitude deve ser reavaliada com muito critério e prudência, pois somente no Estado do Paraná, possuímos hoje aproximadamente 120 mil microempresas que produzem e geram empregos, e alguma medida que venha inviabilizar a existência deste segmento trará sem dúvida consequências catastróficas ao País, que já se encontra em situação bastante difícil. A recessão e o desemprego seriam as duas consequências imediatas e inevitáveis.

As micro e pequenas empresas conquistaram na última Constituição Federal o direito de tratamento diferenciado não somente no aspecto tributário, mas também no que se refere a crédito, previdência social e na área administrativa.

Somos favoráveis à punições daqueles que agem de forma incorreta e fraudulenta, porém não podemos permitir que uma parcela tão significativa e produtiva da sociedade, seja penalizada por causa de uma minoria de cidadãos sem escrúpulos.

REQUERIMENTO N° 1558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Colendo Plenário seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo, ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e à Professora Gilda Poli, Digníssima Secretária de Estado da Educação, para que sejam imediatamente convocados os professores aprovados no concurso estadual de 1986, remanescentes, a fim de

preencherem vagas existentes em todos os municípios do Estado, conforme ofícios em anexo, das Câmaras Municipais de Kaloré e Arapongas.

A abertura de vagas em diversos municípios do Estado obrigou as prefeituras a contratarem professores e colocarem-nos à disposição das Escolas Municipais, visando impedir que tal deficiência venha comprometer no decorrer das atividades letivas.

No entanto, tal procedimento tomado em caráter provisório, tem se tornado medida perene e gerando onerosas despesas aos cofres municipais já bastante emagrecidos.

Ademais, sabemos que os municípios devem colaborar com o ensino, no entanto, ele é de obrigação do Estado e o repasse dessa responsabilidade às municipalidades pode oferecer consequências permanentes tanto ao ensino como ao erário municipal, que não tem condições de arcar com a responsabilidade transferida.

Confiante com a sensibilidade de Suas Excelências, aguardamos, dentro da brevidade que o próprio caso requer, um pronunciamento que possa dar fim à inquietante situação.

Que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Sindicato dos Professores do Paraná (APP), às Câmaras e Prefeituras Municipais de Kaloré e Arapongas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1563

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e da Ação Social, no sentido de que seja enviado auxílio financeiro à Associação de Assistência Social Estrela de Bandeirantes.

A referida solicitação se faz em função de que à Associação é mantida principalmente através de promoções junto à comunidade local e mantém atendimento extenso aos mais carentes do Município necessitando dessa forma, auxílio financeiro para que com isto, melhore as condições de atendimento das pessoas mencionadas.

Do presente, Requer, se dê conhecimento a Câmara de Vereadores, Prefeito Municipal e a Senhora Wilma Simoni Macias Montoro com endereço à Rua Eurípedes Mesquita Rodrigues s/n., que é Presidente da referida entidade.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1566

Senhor Presidente

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social Rubens Bueno, solicitando o envio de auxílio financeiro a Associação de Senhoras de Rotarianos de Bandeirantes.

A referida solicitação se faz em função de que a entidade acima citada mantém uma creche aproximadamente com 150 (cento e cinquenta) crianças e, tendo em vista a atual crise pela qual atravessamos, não vem encontrando subsídios suficientes para o pleno desenvolvimento de seu trabalho.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e a Sra. Maria Eugênia Fernão com endereço à Rua Quintino Bocaiuva 853.

Sala das Sessões, em 09.08.89

(a) VALDERI VILELA

REQUERIMENTO N° 1554

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM, junto ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CARLOS HAULY, Digníssimo Secretário da Fazenda, informações complementares no que trata a Mensagem Governamental n° 60/89, datada de 1° de agosto do corrente ano, conforme relacionado abaixo:

1. Receita (Recursos do Tesouro)

1.1 - Arrecadação efetiva até 31.07.89, mês a mês, por fonte com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas.

1.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, por fonte, com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas (justificando os critérios adotados para a projeção).

2. Despesas (Recursos do Tesouro)

2.1 - Despesas realizadas até 31.07.89, mês a mês, agregadas nos seguintes grupos:

- Pessoal + Encargos
- Serviços da Dívida
- Outras despesas correntes

2.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, nos mesmos grupos citados em 2.1 (justificando os critérios adotados para a projeção).

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1555

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM, junto ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado, informações complementares no que trata a Mensagem Governamental n° 60/89, datada de 1° de agosto do corrente ano, conforme relacionado abaixo:

1. Receita (Recursos do Tesouro)

1.1 - Arrecadação efetiva até 31.07.89, mês a mês, por fonte com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas.

1.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, por fonte, com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas (justificando os critérios adotados para a projeção).

2. Despesas (Recursos do Tesouro)

2.1 - Despesas realizadas até 31.07.89, mês a mês, agregadas nos seguintes grupos:

- Pessoal + Encargos
- Serviços da Dívida
- Outras despesas correntes

2.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, nos mesmos grupos citados em 2.1 (justificando os critérios adotados para a projeção).

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1556

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM, junto ao Excelentíssimo Senhor FRANCISCO DE B. BATISTA, Digníssimo Secretário do Planejamento, informações complementares no que trata a Mensagem Governamental n° 60/89, datada de 1° de agosto do corrente ano, conforme relacionado abaixo:

1. Receita (Recursos do Tesouro)

1.1 - Arrecadação efetiva até 31.07.89, mês a mês, por fonte com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas.

1.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, por fonte, com destaque do ICMS e operações de crédito internas e externas (justificando os critérios adotados para a projeção).

2. Despesas (Recursos do Tesouro)

2.1 - Despesas realizadas até 31.07.89, mês a mês, agregadas nos seguintes grupos:

- Pessoal + Encargos
- Serviços da Dívida
- Outras despesas correntes

2.2 - Projeção até 31.12.89, mês a mês, nos mesmos grupos citados em 2.1 (justificando os critérios adotados para a

projeção).

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1564

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social, Sr. Rubens Bueno, no sentido de que seja liberado auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes.

Tendo em vista que, todo o trabalho desenvolvido pelas APAE's é de profunda importância aos que dela necessitam, sabemos que torna-se indispensável o apoio financeiro pela dedicação esmerada que se apresenta tal trabalho. Dada a circunstância que encontramos hoje em todo País, estamos observando cada vez mais as dificuldades em dar andamento aos projetos de desenvolvimentos desta entidade, prejudicando dessa forma não somente aos necessitados bem como aos que comumente ajudam de maneira privada, dentro de suas disponibilidades, à manutenção da mesma.

Do presente, Requer, se dê conhecimento à Câmara de Vereadores, Prefeito Municipal e ao Sr. Raul Miyoshi com endereço à Clínica Bandeirantes - Av. Edelina Meneghel Rando, 1331, que é o Presidente da referida entidade.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1565

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja encaminhado ao ilustre Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, Sr. Rubens Bueno, solicitando auxílio financeiro à Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Bandeirantes.

Votada a árdua tarefa de recompor e renovar a personalidade das pessoas acometidas desta doença, esta entidade encontra sérias dificuldades para desenvolvê-la, pois sua terapia exige não só cuidados especiais para o tratamento físico-psicológico, que parte desde remédios, alimentação adequada e outros, bem como dependente da ação qualificada de seus terapeutas para realização do trabalho com eficiência,

com a dotação de práticas esportivas, de lazer para o desvio da dependência que vivem.

Vemos então que, necessário se faz a ação do Estado dentro deste quadro de desenvolvimento, pois o povo carente e seus voluntários, ambos precisam de apoio, pois fazem parte da composição do mesmo.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ao Presidente com endereço à Rua Prefeito Moacir Castanho, 520.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 190/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, sito à Rua Estados Unidos, 135 (Vila América - Bacacheri), nesta Capital, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta a sua comunidade, gratuitamente, atividades dos mais diversos fins.

Conforme relatório das atividades realizadas por esta entidade no exercício do ano de 1988, que ora segue em anexo, constata-se que a diretoria dessa Associação se preocupou fundamentalmente em estruturar a entidade, tendo em vista que a mesma foi fundada em 02 de abril de 1985, dessa forma para que a ASSIPEM/PR cumprisse com suas finalidades filantrópicas e não lucrativas, a diretoria da mesma realizou diversas atividades desde a legalização da entidade junto aos órgãos públicos e sua devida estruturação, até promoções sociais, como festas de natal, jantares de confraternização, inauguração de sede própria, passeio turístico a Foz do Iguaçu, comemoração dos 20 anos do IPPEM/PR, e promoções esportivas, como treinamento de equipes de acordo com as habilidades individuais, organização de torneios, participação de jogos promovidos pela AFSEIC/Associação dos Funcionários da SEIC e dos Jogos dos Funcionários Públicos promovidos pela ASPP/Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e ainda, ce-

lebrou vários convênios sempre visando o benefício do associado, como por exemplo, convênios com supermercados, abastecimento de combustível, curso de inglês, academia de ginástica, vídeo clube, clínica psicológica, farmácias, papelaria e lojas de confecções em geral.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao nosso entender compreendemos que a ASSIPEM/PR vem exercendo com suas funções estatutárias, ao mesmo tempo em que, encaminhamos apenso ao presente projeto de lei a devida documentação correspondente que por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto, esperando contar com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 191/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar da Criança de São Dimas, com sede e foro em Colombo, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar de Criança de São Dimas, sito à Rua Presidente Farias, 235 - no Bairro de São Dimas, em Colombo/PR, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade de seu bairro, gratuitamente, atividades dos mais diversos fins.

Conforme relatório das atividades realizadas durante o exercício de 1988, em anexo, constata-se que a diretoria da Associação sempre se preocupou com o bem estar e a conquista de melhores condições de vida para suas crianças, como manter a creche Tia Didi, atualmente com 60 crianças com idade de 02 a 08 anos, além de recreação, educação, saúde, esporte, e festividades de páscoa e natal serem algumas das prioridades de sua diretoria. E como se não bastasse, a Associação ainda se preocupa em orientar as mães com reuniões mensais e efetua, também, a entrega de "tickets" de leite para as famílias carentes, tendo, portanto, sempre em vista, o interesse comum das crianças da Associação Lar da Criança de São Dimas.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto, esperando contar com o apoio e posterior anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 193/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Acrescente-se ao artigo 2° da Lei n° 7568, de novembro de 1.982, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo Único - Os membros da Assembléia Constituinte de 1947, que contarem com mais de 70 (setenta) anos de idade perceberão pensão mensal de valor idêntico ao previsto no "caput" deste artigo."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 09.08.89

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A medida visada na presente proposição está vinculada às justas homenagens aos constituintes de 1.947, prestadas por feliz iniciativa do nobre Presidente do Legislativo Estadual, o Deputado Trajano Bastos, quando da comemoração dos 37 anos da Constituição Estadual, de 12 de julho de 1.947.

Sobrevivem apenas 9, dos 37 ex-Parlamentares Constituintes daquele histórico e magno ato, já com avançada idade e a saúde naturalmente enfraquecida. No entanto, ainda lutam pelo aprimoramento do subline ideal cristão e democrático, que souberam deixar nas leis e projetos, formadores da Carta Magna do Estado.

Hoje, se tornam dignos do benefício ora proposto, como mera compensação de tudo quanto deixaram de seus esforços e amor a causa pública, a exemplo do que já foi feito a outros, que também deixaram a sua contribuição para a grandeza de nosso Estado.

No texto da Constituição de 12 de julho de 1.947 foram traçados rumos, com o alto objetivo do bem estar da coletividade paranaense e, em particular, dos menos favorecidos. Seus maiores problemas constituíram-se em lições sobre a prática da justiça social. Mas, hoje, estão menosprezados. E isto compreendemos ao olharmos as favelas, as deficiências de transporte, desemprego, menores abandonados, êxodo rural, mendicância, assaltos e desestruturação familiar. Em 27 de novembro de 1984, ingressamos com projeto semelhante que à época foi considerado justo e oportuno, pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentava-se óbice constitucional agora renovado.

Por estas razões esperamos a aprovação

deste projeto e a sanção governamental, para que os brilhantes legisladores constituintes do passado, com mais de 70 anos tenham melhor condição de vida no presente e futuro.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta semana em que a gloriosa Polícia Militar do Paraná completa seus 135 anos, apresento minhas congratulações aos seus membros, ao mesmo tempo em que denuncio a Vossa Excelência, a atual situação daquela Corporação. Muitas críticas temos feito, bem como são noticiadas pelos meios de comunicação, no entanto é do nosso dever reverter o quadro que ora apresento, pois a Polícia Militar é responsável pela segurança dos municípios do Estado do Paraná.

É do nosso dever apresentar aos paranaenses o descaso existente com aquela corporação, conseqüentemente a pouca importância dedicada à nossa segurança individual ou coletiva.

O seu efetivo, aproximadamente de 16000 homens, em nenhum momento é completado, e se o conseguisse obviamente continuaria sendo insuficiente para manter a ordem pública de 8.500.000 habitantes. Esta previsão de efetivo data de 1976, não sendo modificado nos últimos 13 anos.

Somente no mês passado (julho), é que foi criado mais uma Unidade em Guarapuava, mas não houve alteração, seu efetivo permanece idêntico ao anterior de uma única companhia.

Hoje, para cumprir todas as suas finalidades, a Polícia Militar deveria ter aproximadamente 25.000 homens, se levássemos em conta índices da Organização das Nações Unidas a qual prevê nos centros urbanos um PM para no máximo 500 habitantes, estes policiais e bombeiros militares, que cumprem uma carga horária semanal de serviço além das 44 horas previstas constitucionalmente dado ao reduzido efetivo não conseguem obviamente ter o tempo mínimo para a instrução diária, muito menos para a sua família. Quanto a viaturas, o governo apresenta ao Paraná várias, a maioria doadas pelo governo federal, sem o mínimo de especificações técnicas para realizar um policiamento eficiente. Não possuem rádio comunicador e muito menos o tradicional camburão para aprisionar um detento ou um "louco". A manutenção dessas viaturas é deficiente, pois não há liberação de recursos para a aquisição de peças ou para a reposição imediata de equipamento, ficando um percentual grande de viaturas imobilizadas para o serviço.

Saliento que quando existe a viatura em condições de ser utilizada, falta o policial ou bombeiro militar para dirigi-la, não existe motorista para todos os carros.

O repletamento do efetivo além do governo não autorizar o suficiente, os salários estão "aquém" do mercado de concorrentes. Este é o maior "caos" que detectei, Senhores Deputados, um soldado recebendo Ncz\$ 380,00 mensais, sendo impossível manter suas necessidades básicas. Aqueles que procuram a Corporação não são os melhores, mas o resto social, aquele que não obteve êxito em nenhuma profissão. Observem que estamos voltando a ter uma polícia como a de 50 anos passados.

O policial militar deixou de ser um profissional de segurança, e sim se ocupa da tradicional corporação até encontrar um emprego decente.

O próprio Coronel, aquele que permaneceu na corporação por 30 a 35 anos recebe atualmente um salário que o coloca dentro os mais ridículos do Brasil. Portador de curso superior, com a experiência adquirida, recebe Ncz\$ 2.300,00 líquido.

Não desejo mais tomar o tempo dos senhores, citando deficiências em armamento, equipamentos os quais são notórios, basta sair nas ruas e observar.

É o descaso do governo do Estado, para com a sua corporação a qual é impedida de gritar, não pode fazer greve, mas é cumpridora de ordens. Não acredito que se possa esquecer os seus 135 anos de existência da corporação, pois nunca foi tão desmoralizada, jogada ao alento pelos responsáveis do governo.

Quero ressaltar que a PM não pertence ao Governador nem ao Secretário das condições técnico profissional e a economia de seus integrantes.

Parabéns Polícia Militar!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, há um problema muito sério na cidade e que a classe política não pode ignorar. Há um possível surto de meningite, que já provocou inclusive alguns óbitos em Curitiba.

O surto ocorrido recentemente em São Paulo despertou a atenção do País inteiro para essa doença tão comum nesta época do ano. No último sábado, faleceu em Curitiba a menina Julie Meire da Silva, de doze anos de idade, que havia sido internada na quinta-feira pela manhã com sintomas da doença, no hospital Pequeno Príncipe, e já em estado de coma. E apesar da tomografia computadorizada que foi realizada, só através da amostra acolhida junto à espinha da menor, após a sua morte, e que apresentava substância através do diagnóstico realizado, revelou que a pequena Julie havia sido contagiada pela meningite

bacteriana. No entanto, todos os exames que determinaram o tipo de bactéria que causou a morte dessa menina, em relação à meningite, deram negativos e segundo a Doutora Eliane Malluf, do Setor de Epidemiologia, da Secretaria da Saúde, vários fatores podem ter contribuído para que os resultados fossem precisos. O uso por exemplo, e o Doutor Haroldo Ferreira que é médico, Doutor Lauro Alcantara, evidentemente poderão dar subsídios a este nosso pronunciamento, o uso de algum antibiótico por exemplo pode ter feito, pode ter mascarado a bactéria.

Um outro exame que não pode ser feito em Curitiba foi enviado ao Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, e espera-se a resposta a este exame a fim de saber-se qual o tipo de bactéria que está acometendo algumas crianças em Curitiba.

A menina Julie Aparecida era aluna do "Colégio Padre João Bagozzi", no Portão. E nesta semana outro caso foi detectado, em meio aos alunos daquele mesmo estabelecimento de ensino, sabendo-se agora entretanto, que tratava-se apenas de uma amigdalite, e, que o caso está fora de perigo.

O Dr. Natal Jathai, médico do setor de vigilância da Secretaria da Saúde, em entrevista dada ao nosso programa, no dia de anteontem, afirmou que não existe uma epidemia em Curitiba, e que as estatísticas provam que os números são iguais aos outros apresentados em anos atrás. O aparecimento, segundo ele, de um caso isolado, não insinua que haverão outros, por contágio, porque o contágio só se dá diretamente pelo contato com a pessoa infectada.

Este ano foram registrados 1.386 casos de todos os tipos de meningite no Paraná. No ano passado 711. O número de meningites meningocócicas, no entanto, ainda é inferior ao notificado no mesmo período do ano passado. São 54 até agora, contra 57 de 88; e 4 são do tipo B, causa da epidemia, em vários estados brasileiros.

Muito embora, não haja um surto de doença é preciso que as nossas autoridades em saúde estejam alertas, para o fato que a epidemia, se vier a instalar-se aqui, terá consequências muito mais graves, que se prevenirmos agora.

A vacina contra a meningite já deveria ter sido importada, porque, não é admissível que um Estado próspero, como o Paraná, avançado como é o Paraná, espere a efetivação do surto, para sensibilizar as nossas autoridades.

A vacina dos tipos A e C são importadas do Canadá, da América, da França; e a do tipo B, somente de Cuba.

Se esperarmos a ocorrência do surto, e a demora na importação, poderá com isto provocar a perda de muitas vidas preciosas.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para concluir o meu pronunciamento, é preciso observar o número de casos de meningite, ainda que benignas, ocorridas este ano, quase duplicam os números registrados no ano passado.

Este é um dado alarmante, que deve merecer a maior atenção das nossas autoridades. Não podemos esperar que fique evidenciado o surto, quando estes primeiros casos servem de indicativo para a tomada de alguma providência.

Não podemos admitir a omissão e a negligência diante de uma situação tão óbvia. O crescimento do Estado, por certo nos últimos anos garantiu alguns recursos capazes de serem carreados, para um setor tão primordial, que é o da preservação de vidas.

Afora, o trabalho de prevenção e conscientização da população quantos aos sintomas, formas de contágios e outros dados sobre a doença, deveria ser constante, a intensificação nesta época mais propícia à propagação da moléstia.

Nós temos, inclusive aqui uma estatística, que nos foi fornecida com dados preciosos, dados que realmente nos deixam bastante preocupados. Por isto, eu peço a atenção dos Parlamentares desta Casa, em especial àqueles que são médicos, como é o Dr. Haroldo Ferreira, da Comissão da Educação, Dr. Lauro Alcantara, e outros companheiros, para a necessidade de uma tomada de posição da Assembléia, no sentido de uma cobrança mais efetiva ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de importação imediata da compra da vacina, para evitarmos que mais crianças venham a morrer na Capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Há aproximadamente duas semanas e meia nos reunimos com o Desembargador Nézio Calixto, Vice-Presidente do TRE e, naquela oportunidade, preocupados com o fortalecimento do nosso Estado a nível federal, já que o Paraná briga pelo quinto Colégio Eleitoral do País, resolvemos motivar a juventude do nosso Estado, instituindo a Semana Estadual do Cadastramento Eleitoral. Semana que aconteceu de 31/07 a 06/08, último dia para alistamento eleitoral para quem, evidentemente, pretende votar nas eleições, neste ano, escolhendo o futuro Presidente da República. E a partir dali, Senhor Presidente, Senhores Deputados, procuramos a imprensa, especial-

mente a Rede Paranaense de Televisão, e através do "ok" do homem que tem lutado pelas causas paranistas e, entendendo a representatividade que o Paraná teria com o aumento no contingente do colégio eleitoral, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, mais uma vez, abraça a causa com o apoio também do empresário, bem sucedido, do homem que é desta terra, que assinou apoiando a veiculação desse institucional, Dr. José Eduardo de Andrade Vieira do BAMERINDUS, ao lado da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude.

Gostaríamos neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradecer ao Dr. Francisco, ao Dr. José Eduardo, à imprensa de modo geral, aos Senhores Parlamentares e, principalmente, à juventude do nosso Estado, que entendeu a mensagem, uma mensagem que no final dá um recado principalmente a todos nós e à classe política, quando uma jovem diz: "Muito cuidado comigo, agora eu voto!".

É preciso, agora, aguardarmos o resultado final e oficial do Tribunal Regional Eleitoral, que muito contribuiu com esses funcionários volantes nos colégios, por todo este Estado e nós que caminhamos, visitamos e trabalhamos incentivando a juventude no nosso Estado, em todas as regiões, sentíamos no semblante de cada jovem que esse jovem pode não gostar de política, mas depende das ações dos políticos e é preciso que ele com as suas mãos limpas, que ele ainda não elegeu um vereador, um deputado estadual, um deputado federal, um senador, um governador, um prefeito, um presidente da república, venha às urnas no próximo dia 15 de novembro e eleja o melhor programa, a melhor mensagem para este País.

Agora começaremos um novo trabalho, Senhores Deputados. Percorreremos em todo o Estado do Paraná, mas mostrando ao jovem que ele deve e precisa dar o seu voto útil, escolhendo o melhor candidato para gerir o futuro deste País. O jovem como nós que não temos nenhuma culpa desta dívida externa esdrúxula, escorchante e que faz a população deste País submergir, principalmente, a nossa geração.

A juventude não vai votar no político que pensa na próxima eleição. O jovem do nosso Estado e deste País elegerá um estadista, porque esse não pensa na próxima eleição, esse sim pensa nas futuras gerações.

Quero agradecer e parabenizar o trabalho do Tribunal Regional Eleitoral e como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, sinto-me envergonhado, magoado e sem saber o que acontece, porque como membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, jamais poderia aprovar o que estão fazendo, pichando o nosso nome

por todo o Estado, poluindo visualmente o Estado do Paraná.

Eu não sei, Senhor Presidente, com franqueza quem coloca nosso nome nas placas, nos logradouros públicos, nas estradas, como candidato a Governador no ano que vem.

Porque não sou candidato ao Governador, sou candidato ao trabalho, a um bom trabalho na Assembléia Legislativa do Paraná e quero pedir àquelas pessoas que estão por trás dessas pichações, com relação ao nosso nome e nós pediremos sim, à Secretaria da Segurança Pública e se preciso for à Polícia Federal, para que identifique quem está pichando o nosso nome.

Podem até ser simpáticos à nossa candidatura ao Governo do Estado, mas isso não passou em nenhum momento e não passa pela nossa cabeça, mesmo que a Constituição tenha mudado a idade para se candidatar a Governador. Não que eu não esteja preparado, nós sabemos que o jovem é competente e existe jovem sério, honesto, honrado, mas quero pedir a essas pessoas, a esse grupo, que por favor, que não façam essa poluição visual, no nosso entender. Que não fiquem pichando o nosso nome como candidato a Governador.

Agora há pouco lia no jornal que enquanto o TRE retira as placas, as propagandas, os "out doors" dos candidatos, outros não tomam nenhuma providência com relação à essas pichações que aparecem no Estado com relação ao nosso nome.

Estão sim, Senhor Presidente, como disse o jornal, sujando este Estado. Não que o meu nome não tenha aceitação, mas porque nós não concordamos de maneira alguma com esse tipo de expediente. E já pedimos à nossa assessoria que apague todas as pichações, principalmente a nível de região metropolitana. E ainda hoje estaremos no TRE comunicando o Desembargador Negi Calixto, o Dr. Ivan Gradowski, para que tomen as medidas necessárias contra essas pessoas que tentam nos colocar até contra a opinião pública, contra a classe política, porque já disse e volto a repetir não sou candidato a Governador do Paraná.

Mas, nobres Pares, recebemos, e tenho a certeza que V. Exas. também, um comunicado da Federação dos Pequenos e Microempresários do nosso Estado. O Ministro Mailson fez uma declaração infeliz, dizendo que os microempresários estão prejudicando a economia do nosso País, o que é uma verdadeira aberração, uma declaração vergonhosa, porque somente no Estado do Paraná as micro e pequenas empresas empregam mais de um milhão de pessoas que entram no mercado de trabalho, que como tantos jovens vivem a frustração e viveram a frustração empresarial que foi o Plano Cruzado.

É lamentável e nós estamos entrando com um requerimento e pedimos a aprovação nos nobres Pares para conscientizarmos e pedirmos ao Ministro Mailson, à Receita Federal, para que não haja qualquer tipo de retaliação aos pequenos, aos microempresários do nosso Estado.

Recordo-me da sua firme e alta voz desta tribuna, do ex-Deputado e hoje Prefeito de Apucarana, José Domingos Scarpellini, que tanto honrou este Parlamento, que tanto clamou pelos microempresários do Paraná. Peço também a V. Exa., Prefeito Municipal, que reúna o maior número possível de Prefeitos do Vale do Ivaí, no sentido de cobirmos esse tipo de manifestação nefasta e infeliz por parte do Ministro Mailson da Nóbrega.

Nobres Pares, começaremos um trabalho onde todos nós, os 54 Deputados, começamos a elaborar a nível de Plenário com a proposição de emendas à futura Constituição do nosso Estado, um momento histórico na vida dos paranaenses.

Mas, além disso, é preciso que o Governo do Estado do Paraná, que a Assembleia Legislativa, que as câmaras municipais, que os executivos municipais, que todos nós nos unamos para que haja e seja realizado neste Estado um novo censo, totalmente defasado de 1980, 1981. É só aumentarmos a representatividade de todas as regiões do nosso Estado, como as 4 cadeiras na Assembleia Legislativa na próxima eleição, só aumentaremos a nossa representatividade perdida com duas cadeiras no Congresso Nacional se nós evidentemente pressionarmos o IBGE no sentido de realizar um novo censo para que tenhamos uma maior representatividade e para que o governo federal, para que o futuro Presidente da República, independentemente de cores partidárias, olhe para o nosso Estado com outros olhos porque senão, vejamos: existe sempre um tripé, um triângulo de São Paulo, Rio, Minas, Bahia, e o Paraná precisa, minha gente, se afirmar neste momento.

O nosso Estado precisa começar uma ampla campanha no sentido de fortalecermos aquele que abastece muitas vezes não somente o nosso País, mas o mundo, com quase 30% da produção de grãos deste País, para que tenhamos a nossa representatividade merecida pelo nosso Estado.

E, ao encerrar, não tenho dúvida de que se conseguirmos alcançar a meta desejada, ou seja, 5 milhões de eleitores do nosso Estado já para esta eleição, o governo federal já começará a olhar com outros olhos para o nosso Estado.

Agradeço, Senhor Presidente, a oportunidade da palavra no Grande Expediente, e gostaria de ressaltar que eu sempre fui contra qualquer tipo de discriminação a

prefeito deste ou daquele partido, que eu sempre fui contra qualquer tipo de discriminação a esse ou aquele vereador, esse ou aquele Deputado.

Recebemos a informação de que o governo estadual está liberando 20 mil cruzados novos para cada Deputado para que eles possam distribuir como bolsa de estudos para essas centenas e milhares de cartas de estudantes carentes que nos escrevem, todos os dias, todas as semanas. Por isso, se o governo estiver liberando, de fato, este dinheiro, para a Bancada do PMDB, é preciso que o governo libere, também, a mesma quantia, aos demais Deputados das Bancadas de Oposição. Porque, afinal de contas, cada Deputado que está nesta Casa, veio ungido pelo voto popular do povo do Paraná, ele representa uma parte da sociedade do nosso Estado. E é preciso que nós, nesse momento, reivindicuemos também ao governo do Estado, para que os demais Deputados, todos eles, recebam a mesma quantia: o PT, o PL, o PDC, o PSDB, o PDS, o PTB, enfim, todos os partidos, a mesma quantia - em dinheiro - para que seja repassado em bolsa de estudos para os estudantes carentes do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Horário das Lideranças.

PL com a palavra.

(Declina)

PT com a palavra. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada o nosso Estado conviveu com um repetido fato de repugnância geral na sociedade brasileira. Na cidade de Londrina mais alguns atos de quebra-quebra, de badernaço e que foi conhecido como o "londrinaço", por toda a nossa Nação brasileira. E, mais uma vez, como sempre, aqueles que são responsáveis pela segurança pública no nosso Estado, tiveram a petulância de ir a público e acusar a responsabilidade por tais atos à Central Única dos Trabalhadores - que é o que temos de melhor no sindicalismo brasileiro - e o Partido dos Trabalhadores que nunca esteve e nunca estará envolvido em tais atos.

Ocupo esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que os Anais desta Casa registrem os verdadeiros culpados pela situação criada na cidade de Londrina. O comando da Polícia Militar, o Secretário da Segurança Pública do Paraná, esqueceram-se de denunciar à imprensa e ao povo do Paraná e do Brasil, a origem verdadeira dos fatos que originaram o "londrinaço" da semana passada.

Esqueceram-se aqueles que atribuíram à

Central Única e ao PT que nessa mesma semana passada, esteve na cidade de Londrina, um candidato a Presidente da República, conhecido como "caçador de maracujá", e que nessa mesma oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o proprietário da empresa de ônibus Grande Londrina, liberou 20 mil passes - gratuitos - para prestigiar o "caçador de maracujá". Esqueceu-se também o responsável pela Segurança Pública do Paraná de anunciar à imprensa e ao povo do Paraná que no dia seguinte esse empresário recorreu ao Prefeito Municipal exigindo aumento na tarifa de transporte coletivo urbano de Londrina. Esqueceu-se também este responsável pela segurança pública de afirmar que o Prefeito concedeu um aumento, que aumentou de 40 para 50 centavos a tarifa de passagem de uso urbano em Londrina. Esqueceu-se também o responsável pela segurança pública de dizer ao povo do Paraná, que no mesmo dia em que os movimentos populares que representam a população organizada de Londrina, não foi a CUT e não foi o PT, compareceram à Prefeitura Municipal para negociar com o Prefeito Antônio Belinati, ficaram desde o meio dia até à noite e não foram recebidos até o anoitecer e, aí, os movimentos populares de Londrina, usando um serviço de som, apelaram para a população denunciando tais absurdos, que, quando é para divulgar o "caçador de maracujá", tem passagem de graça e, no dia seguinte, tem que aumentar a tarifa, para a população de Londrina compensar os favores para divulgar o "caçador de maracujá".

É isso que o Secretário da Segurança Pública deveria dizer ao povo do Paraná.

É isso que deveria ser dito, ao invés de acusar, mentirosamente, ao invés de mandar a Polícia Militar e a Tropa de Choque para reprimir quem viesse na frente, tivesse culpa ou não tivesse, tivesse razão ou não, se fosse do povo, se fosse da imprensa, fosse quem fosse.

Por isso, Senhor Presidente, para concluir, o que estou propondo na sessão de hoje, é para que seja transcrito nos Anais desta Casa dois editoriais do jornal "Folha de Londrina", jornal local, que analisa e expressa muito bem os responsáveis por ato condenável, o "londrinaço" da semana passada e ficam registrados os verdadeiros responsáveis por tais atos na cidade de Londrina.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PRN com a palavra.

(Declina)

PTN.

(Declina)

PTB.

(Declina)

PFL.

(Declina)

PDC.

(Declina)

PDS.

(Declina)

PDT. Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente, o que se previa acabou acontecendo: a falta de um melhor diálogo, de um melhor entendimento entre o Governo do Estado, a cúpula da Secretaria da Segurança Pública e as classes policiais fez com que, a partir da zero hora de hoje, não tivéssemos a atuação da Polícia Civil na Capital do Estado e, enfim, em todo o Estado.

Estivemos acompanhando ontem, após o trabalho normal desta Casa, a movimentação das diversas categorias policiais civis que procuravam de todas as formas achar um denominador comum, encontrar uma saída satisfatória, para evitar que a greve fosse deflagrada.

Lamentavelmente, parece-me que esta mesma preocupação não foi encontrada por parte do poder público, que poderia ter acenado para as classe policiais, com uma melhor proposta salarial, com uma melhor condição de trabalho, para essas categorias policiais.

E à meia noite, defronte à Câmara Municipal de Curitiba, reunidos aproximadamente trezentos policiais civis, resolveu-se ali, naquele momento, começar a greve, devolvendo as viaturas policiais às suas respectivas delegacias, entregando as chaves aos plantões, iniciando-se a greve.

E hoje Curitiba e os grandes municípios do Paraná, sofrem a ausência da Polícia Civil.

É lamentável, profundamente lamentável esta situação.

A Polícia Civil, que vem ao longo dos últimos anos sofrendo constantes perdas salariais, culminando na atualidade, em uma situação insustentável, de vez que o acúmulo de perdas salariais, está sufocando os seus homens e decretando a falência da Instituição.

Disse ontem, repito hoje, várias delegacias sofreram o despejo, a mais recente, foi a Delegacia de Furtos e Roubos, que foi obrigada a devolver à União da Polícia Civil o prédio que ocupou durante muitos anos.

Outras delegacias estão sofrendo os mesmos problemas, prédios do Instituto de Identificação, delegacias da região metropolitana, sofrendo ameaça de interdição, casos específicos de Londrina, de Parana-

guã, de Ponta Grossa, de Almirante Tamandaré, e outras tantas, que nós poderíamos mencioná-las aqui nesse momento. O momento é bastante difícil, com a Polícia ao seu todo trabalhando, já a situação, a insegurança do povo é uma constante. Imaginem agora, com apenas parte dela trabalhando, apenas a polícia militar e os delegados de Polícia é que estão na ativa.

Isto é profundamente lamentável, Senhores Deputados, que chegasse a uma situação em que chegou, quando poderia ser tentando, através de um diálogo, evitar esta greve, evitar que a população ficasse mais preocupada ainda do que está, com a insegurança que vive atualmente. É preciso e ainda há tempo, de que durante o dia de hoje, se chegue a um denominador comum, que o Governador do Estado do Paraná acene com uma melhor condição, porque os oitenta por cento anunciados ontem em jornais não refletem a verdade, não é verdade, oitenta por cento anunciado ontem pelos jornais da Capital, pode levar a opinião pública, evidentemente, ficar contrária à classe policial, porque ela vai, pelo título, ela vai pela matéria, pelo "release", que foi divulgado pelo Palácio Iguagu, mas ele não representa a realidade, oitenta por cento, dividido em várias etapas, com as perdas constantes, não chega segundo cálculos do sindicato da Polícia Civil, não chega a um patamar de vinte por cento de reajuste salarial.

Dai a nossa preocupação, e o pedido que fazemos ao Governo do Estado do Paraná, à sua Bancada nesta Casa, no sentido de que acene com uma melhor proposta à classe policial, no sentido de que ela possa voltar revigorada, entusiasmada, no sentido do combate à criminalidade que está deixando apavorada a população curitibana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu horário.

(Declina)

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 126/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu tenho um requerimento encaminhado a esta Mesa, onde eu peço preferência de votação para o Projeto de Lei nº 171/89. E me parece, senhor Presidente, que pelo Regimento Interno da Casa, no seu artigo 101, o meu requerimento teria preferência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não procede a questão de ordem de Vossa Excelência, porque o artigo refere-se à lei orçamentária.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Lei orçamentária e assuntos considerados urgentes. É o item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os dois projetos estão em regime de urgência. Em votação o requerimento do Deputado Hermas Brandão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É só votação. Vossa Excelência quer encaminhar a votação?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... do Deputado Hermas Brandão, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não, Senhor Presidente. Eu pedi verificação de votação com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência primeiramente pediu verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Com chamada nominal. Vossa Excelência não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Não há "quorum" para deliberação. A Mesa vai atender ao Requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. Se acusar presença da maioria desta Casa, retornaremos à votação.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados...)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...Responderam à chamada 37 Senhores Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Em votação requerimento do Deputado Hermas Brandão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 171/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 38/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão, bem como a inversão da ordem das preferências. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 38/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta o pagamento de pensão às viúvas de ex-Deputados Estaduais, de acordo com as normas legais vigentes. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 126/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga o Art. 2º da Lei nº 8.756, de 27 de abril de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 171/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 60/89), que altera os limites

para abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988 (artigos 5º e 9º), relativos tanto à Administração Direta quanto à Indireta, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

COMISSÃO DE FINANÇAS PRÓJETO DE LEI Nº 171/89

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, mensagem nº 60/89, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado e aos orçamentos próprios das Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer favorável em relação a sua legalidade e constitucionalidade.

Chamada a opinar quanto ao aspecto financeiro da matéria, esta Comissão de Finanças, através de seu Relator, estudando os motivos contidos na supra citada mensagem governamental, julga-os meritórios e justificáveis junto ao interesse do Estado.

No que tange a esta Comissão se manifestar, nada encontra que possa obstar o legal trâmite deste projeto, já que considera bem expostos as razões dadas pelo Executivo para a alteração dos limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.905/88.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.89

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ ROGERIO CARVALHO

Relator

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requerio verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 171/89, queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Onze Senhores Deputados rejeitam.

APROVADO o Projeto.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solici-

tando a retirada da Ordem do Dia, tendo em vista a necessidade de tempo maior para análise da solicitação encaminhada a esta Casa, pelo Senhor Governador do Estado, pedindo autorização para ampliar os limites para abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.905 de 05 de dezembro de 1988. - Rejeitado.

Sobre o projeto há requerimento do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, pedindo a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 171/89.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente este requerimento não estaria prejudicado porque a votação já estava acabada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este requerimento não foi apreciado porque o projeto estava na fase de votação. Vou submeter a voto o requerimento.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento.

Dezesseis Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Senhores Deputados que rejeitam o requerimento.

Dezenove Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

REJEITADO o requerimento.

Ainda sobre o referido projeto, requerimentos em número de 03 (três), de autoria dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Haroldo Rodrigues Ferreira, constantes do expediente, solicitando informações aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Fazenda e do Planejamento, no que trata da Mensagem Governamental nº 60/89, datada de 01 de agosto do corrente ano. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para que conste da Ata dos trabalhos que votei favorável aos requerimento do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que solicitava a retirada desta matéria da Ordem do Dia, para estudos, até porque erros de matemática existem, na justificativa da Mensagem, o que é profundamente lamentável.

Além do mais, parece-me que resta-nos agora a vontade de trabalhar na Constituinte do Paraná, porque depois que o Senhor Secretário de Estado da Agricultura falou deste Poder, dos Deputados, e não houve sequer uma reação, por parte do Governador e muito menos uma retratação por parte do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, eu não sei, eu acho que Deputado gosta mesmo é de apanhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de Informações, conforme especifica, ao digníssimo Secretário de Estado

do Planejamento.

A Mesa não vai submeter à votação e vai encaminhar o pedido a que se refere o projeto que está na fase de discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu desejo encaminhar a votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não submeteu a votação Senhor Deputado. Vai encaminhar ainda hoje ao Secretário Magalhães. Se V. Exa. quiser fazer uso da palavra...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luis Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. Declarei a esta Casa ontem, até preocupado com a falta de cuidado da assessoria governamental, que havia um pequeno engano da ordem de 200 bilhões de cruzados antigos, na solicitação de um novo orçamento que o Governador Álvaro Dias, pede a esta Casa. Um novo orçamento, porque o orçamento do Estado este ano é da ordem de 2 trilhões e quinhentos bilhões antigos para o presente exercício.

E, através de uma mensagem de três laudas, o Governador Álvaro Dias quer uma suplementação para ele administrar o Estado por decreto, e mais 2 trilhões e 200 bilhões de cruzados antigos, ou 2 bilhões e 200 milhões de cruzados; para a elaboração do orçamento estadual, aqui estão as rubricas, as fontes de receitas, aonde devem ser aplicados os recursos do povo do Paraná.

E na solicitação do Governador Álvaro Dias a esta Casa, a discriminação, Senhores Parlamentares, das receitas adicionais que o Estado está tendo em razão dos índices inflacionários e da mudança da sistemática do ICMS, estão aqui, Senhores Parlamentares, apenas um orçamento de 2 bilhões e quinhentos, é este calhamço. Cada Parlamentar pode saber quanto vai ser gasto na verba de mordomia do Palácio. Na verba do Gabinete do Secretário de Segurança, ou na verba para a manutenção do ensino de 1º grau. E ele quer um novo orçamento com essa especificação, dizendo que precisa, de recurso adicional de um bilhão e quinhentos milhões para o pagamento de pessoal e de encargos sociais.

Pois bem, um cálculo a priori, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares que me foi feito há pouco, se o Governador Álvaro Dias desse um reajuste mensal, médio, todo

nês para o funcionalismo público estadual ele não chegaria a gastar no total do ano 2 bilhões de cruzados. E aqui ele pede para o pessoal, 2 bilhões, 526 milhões de cruzados novos.

Para o serviço da dívida, da dívida que o Governador entende que não existe, ou pelo menos propaga pela televisão que não existe, ele solicita mais 450 milhões para totalizar 722 bilhões de cruzados. Será que o pagamento da dívida é o pagamento da dívida com os empreiteiros que foi negociado no Banestado?

Será que é pagamento de juro externo? Será que é pagamento de dívida interna? Será que é operação de crédito a curto prazo no Banco do Brasil e nos financiamentos da Caixa? Aonde estão os recursos Senhores Parlamentares? Outras despesas! Outras despesas, Senhor Presidente, o Governador quer mais 136 bilhões de cruzados, para totalizar no Orçamento deste ano 533 bilhões de cruzados.

Pois bem, de 2 bilhões e 500 mil que essa Assembleia aprovou na lei mais importante de um Parlamento, ele quer agora, praticamente um cheque em branco, um novo Orçamento, com esta justificativa, com esta especificação de despesas.

Mais ainda, Senhores Parlamentares, já tive a oportunidade de provar a todos que o Governador errou na soma dos dados e dos números e o erro pequeno do Governador, que vai ser corrigido amanhã por uma outra mensagem, é um erro de duzentos bilhões em números redondos, para fechar a conta de acordo com os dados do próprio Palácio Iguazu e do próprio Governador do Estado.

Senhores Parlamentares, o Governador quando fala em recursos, ele usa a nova Constituição, a Constituição Federal; para aumentar os impostos, a argumentação de que a Constituição Federal determinava a nova sistemática de ICMS. Mas o que diz a nova Constituição Senhores Parlamentares? A Constituição da República "que o Governo é obrigado a cada dois meses, estabelecer um balancete das contas públicas e dar conhecimento ao povo". Eu pergunto: Quem conhece efetivamente, nós do Parlamento, que somos o poder da fiscalização, quem conhece efetivamente, quanto o Governador já arrecadou, já gastou, quanto ele já usou do crédito adicional da suplementação de verba de 30% neste ano? Será que ele já não ultrapassou, até talvez por um erro de contabilidade do Palácio, já que ele manda para esta Assembleia uma mensagem com erro evidente de somas de valores, de duzentos milhões de cruzados praticamente?

Será, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que esses recursos, especialmente esses dos créditos de 30% que autorizamos a Sua Excelência pela lei do orçamento, será que esse dinheiro já não

foi usado? Como poderíamos saber? Se esta Assembleia tivesse mandado a mensagem, Senhor Presidente, para a Comissão de Orçamento e a Comissão de Orçamento tivesse feito o levantamento de todos os créditos adicionais concedidos pelo Governo do Estado, durante o exercício de 89, haveria de se ter aí sim a idéia de que o Governador arrecadou "X e gastou Y" ou o Senhor Governador efetivamente está cumprindo a programação orçamentária. E eu tenho o direito e o dever, Senhores Parlamentares, de colocar em dúvida a execução orçamentária do atual Governo, pois é o Governo que manda para a Assembleia conta errada para ser aprovada em matéria de recurso público.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, é que solicitei para encaminhar a votação do requerimento dos eminentes Deputados Hernas Brandão e Haroldo Rodrigues Ferreira.

Quero apenas, e creio, que todos os Parlamentares, conhecer efetivamente as fontes de recursos do Governo do Estado, a fonte de aplicação desses mesmos recursos, o comportamento da receita e da despesa, para que nós, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, amanhã ou depois não tenhamos que usar a Constituição Federal, para dizer que o atual Governo está possivelmente praticando crime de responsabilidade, na execução do Orçamento Estadual.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Com muito prazer.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Deputado Luiz Alberto, Vossa Excelência procura de forma contundente denegrir a imagem do Governo do Estado.

Se Vossa Excelência olhar bem para a tabela que consta na justificativa da mensagem, Vossa Excelência notará que para pessoal e encargos sociais o adicional solicitado é da ordem de 67%; serviço da dívida, ordem de 60%; outras despesas correntes, na ordem de 30%.

Ora, Senhor Deputado, quando esse orçamento foi fechado, existia uma previsão de inflação de 600%. Hoje, nós já estamos com uma inflação de mais de 1.000%, e até o final do ano possivelmente chegaremos a 1.500%.

É evidente que Sua Excelência, o Senhor Governador tem que reordenar o Orçamento do Estado. Isso é uma evidência, Senhor Deputado. Acharmos até que, em termos percentuais, o Governo está solicitando o mínimo possível.

Portanto, não podemos concordar com as suas afirmações, de que tem o direito de

duvidar, porque parece-me que Vossa Excelência nunca veio a esta Assembléia quando liderava o seu Partido, prestar contas das despesas do seu Governo.

E não é agora que Vossa Excelência, muito bem por sinal, fazendo papel de Oposição ven querendo exigir uma prestação de contas.

Na verdade, Senhor Deputado, não procedem as suas afirmações. Apenas aqui, vemos um reordenamento devido à inflação.

Esse é o nosso ponto de vista.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Deputado líder do Governo, com os dados oficiais na mão, disse nesta Assembléia, que fui contundente, na exposição que fiz, Senhor Presidente.

Pois bem, como Vossa Excelência acha que tem o direito de adjetivar a maneira como falo, também vou tomar a liberdade de adjetivar o seu aparte. Vossa Excelência é um esforçado líder do Governo. Mas, lamentavelmente, apesar do seu esforço, Vossa Excelência não pode nunca obscurecer um fato de que o Governo que Vossa Excelência representa na Assembléia Legislativa, é um Governo que manda uma mensagem com furo de 196 bilhões de cruzados antigos. E o erro de Vossa Excelência, nobre Deputado Artagão, não fica apenas no presente. Vossa Excelência se reporta ao passado achando que eu fui líder de um governo e na verdade nunca fui líder de governo nenhum nesta Casa. Assumi a Liderança do meu Partido e a ele tenho sido fiel nos bons e nos maus momentos, quando Vossa Excelência já frequentava o Palácio Iguazu e o poder. Não fui, em nenhum momento, Líder do Governo nesta Casa...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Palácio Iguazu que Vossa Excelência conhece muito bem, porque frequentou por muitos anos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ...Conheço o Palácio Iguazu, mas, confesso a Vossa Excelência que apesar de já ter sido convidado para ir ao Palácio diversas vezes, não me apetece como apetece a Vossa Excelência, o pisar no Palácio Iguazu...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Seria uma honra para o Deputado, que conhece tantos adjetivos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ...E nós poderíamos ficar nos adjetivando, aqui, mutuamente. Agora, Vossa Excelência não obscurece uma coisa: esta mensagem do Governo do Estado é a maior aberração que já ocorreu na história política administrativa das finanças públicas deste Estado. E quando comecei a discutir o assunto não queria fazê-lo, Senhor Presidente, políti-

camente, mas, gostaria de fazê-lo tecnicamente. Como a impertinência dos dados equivocados que o Líder do Governo apresentou nesta Casa levam-se a fazer considerações de caráter político e eu posso afirmar, Senhor Presidente, que o Governo do Estado deveria ter a cautela de cumprir a Constituição Federal, que estabelece no Artigo 72, que a Comissão mista do Congresso Nacional que analisa a questão orçamentária, definida no Artigo 166, parágrafo primeiro. Estabelece, Senhor Presidente, que face ao indício, não prova, mas, a indício de despesa não autorizada, ainda sob a forma de investimento não programado ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

Pois bem, existe indícios, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de que o Governador Álvaro Dias, que o Governo do Estado, já ultrapassou os 30% de autorização legislativa para que ele destinasse os recursos públicos, sem ouvir esta Assembléia. E face a isto, Senhor Presidente, cabe a gente que tem responsabilidade neste Estado que se cumpra a Constituição e que, efetivamente, se demonstre ao Paraná com a transparência, que era a palavra chave dos comícios do, então, candidato Álvaro Dias. Com a transparência que a moralidade pública e a austeridade dos tempos requerem, que Sua Excelência venha e responda a esta Casa por si ou por um seu preposto abalizado, mas, que saiba fazer conta de matemática, às quantas andam a questão da finança pública no Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Parece-me, Senhor Presidente, que quem fala em responsabilidade, em moralidade, não pode vir a um Parlamento acusar alguém por indícios.

Penso eu que, quem tem responsabilidade e quem quer falar em moralidade, só pode subir a uma tribuna para atacar um Governo sério como o Governo Álvaro Dias, quando tiver provas reais e cabais. Portanto, mais uma vez, Senhor Presidente, não podemos de forma nenhuma aceitar as afirmativas do Deputado Luiz Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação em 1.ª discussão...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, já que fui nominalmente citado, Vossa Excelência há de me permitir responder, ainda que rapidamente, o nobre Líder do Governo nesta Casa.

Quem fala em indícios, Senhor Presidente, não é este Deputado, é a Constituição Federal votada majoritariamente pelo PMDB e em segundo lugar, já que Sua Exce-

lência quer uma prova, a prova está aqui no quadro, há um erro, há uma fraude, há um desnível de 196 milhões de cruzados na mensagem do Governador Álvaro Dias.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Fraude no entender de Vossa Excelência, não no nosso entender.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Há uma fraude nos números e na mensagem, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Fraude no entender de Vossa Excelência, mas nem todos entendem como Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado Luiz Alberto que teve em mãos o seu pronunciamento de ontem, e solicitou ao Chefe da Casa Civil, em companhia do Deputado Artagão Mattos Leão e Lauro Lobo Alcantara, as informações referentes ao seu pedido de informações.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço cuidado de Vossa Excelência, como Chefe do Poder "Fiscalizatório" do Estado.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber, se esse pedido de informações, esse requerimento encaminhado pelo nobre Deputado Luiz Alberto, vai ser colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado, o requerimento foi rejeitado, entretanto, o pedido de informações assinado pelo Deputado Hernas Brandão e por Vossa Excelência, será encaminhado ainda hoje pelo 1º Secretário ao Secretário respectivo.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 218/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE" com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO

JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - UGESP", com sede e foro em Piraquara. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 275/88, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS - ANAD", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 277/88, de autoria do Deputado ANTONIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 50/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 33/89), que objetiva ajustar o lançamento e cobrança do IPVA, que trata a Lei nº 8.925, de 28/11/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 78/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a redação do art. 8º da Lei nº 8.246, de 13.01.86. (Falecendo o pensionista, o benefício será transferido ao seu cônjuge, filhos menores e incapazes, na forma da Lei). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 79/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 41/89), que concede Pensão Mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a Aparecida Sparapan Titato, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia Vandir Titato. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 93/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 46/89), que objetiva criar, no Departamento de Trânsito - DETRAN, dois cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e cinco cargos de Chefe de Posto de Trânsito, sím-

bolo 8-C. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 98/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a lei 8.851, de 25 de julho de 1988. (A referida Lei torna sem efeito a cessão, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázarus do Estado do Paraná, de imóvel situado na Colônia Argelina, Município de Curitiba). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 130/89, de autoria do Deputado Anibal Khury que concede gratificação a título integral e dedicação exclusiva aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Assistentes de Núcleo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 130/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através, da Secretaria de Estado da Educação, conceder gratificação a Título de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos que preceituam os artigos 56 e 62 da Lei Nº 6174/70 aos diretores das escolas estaduais e aos assistentes de núcleo, ressalvados os casos em que haja impedimento legal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A função dos assistentes de núcleo equipara-se à dos diretores de escola sendo exercida paralelamente e nos mesmos dias e horários inclusive com horas de trabalho além dos horários titulados como escolares, isto é, antes das 7 horas e após às 23 horas diretamente de suas residências.

O diretor é responsável por uma escola em tempo integral; os assistentes de núcleo também são com a diferença de que tem sob a responsabilidade, pelo menos, 30 escolas dentro de sua área educacional sendo que cada uma dessas áreas é maior que muitos núcleos do interior.

As ocasiões especiais como: chamada escolar, distribuição de aulas, suprimento de demanda, greves e, principalmente, verificações para renovação de autorização de funcionamento ou para abertura de novos cursos implicam, sobremaneira, no aglutinamento de horários e despesas extras de parte dos assistentes de núcleo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 130/89 PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o projeto de lei ora em exame, visa conceder gratificação a título de tempo integral e dedicação exclusiva, aos diretores das escolas estaduais e aos assistentes de núcleo, ressalvados os casos em que haja impedimento legal.

A matéria configura-se de grande importância e deve-se louvar a iniciativa do seu autor, face a relevância do trabalho desempenhado pelos diretores das escolas estaduais e pelos assistentes de núcleo.

Tendo o presente plano de lei um caráter meramente autorizatório, não vemos impedimento algum para sua perfeita tramitação e conseqüente aprovação.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 1397, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1547, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1405, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para Discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está com a discussão encerrada.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão.

REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Doze (12) Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Dezessete (17) Srs. Deputados rejeitam o requerimento. REJEITADO.

Requerimento de nº 1409, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Em Votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu re-

queiro verificação de votação. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli queiram levantar-se. (Pausa). Treze (13) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa). Dezoito (18) rejeitam. REJEITADO o requerimento.

Requerimento de nº 1406, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. Encaminhe-se ao Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça.

Requerimento de nº 1552, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1553, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1558, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1524, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1526, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1527, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1533, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1541, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1542, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1560, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1561, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1545, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1557, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1559, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1562, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1563, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1564, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1565, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1566, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1508, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1509, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1510, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1511, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1512, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1516, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1516-A, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1517, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1518, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1520, de autoria

Requerimento de n. 1456, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1473, de autoria do

rrior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1435, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1436, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1437, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1438, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1439, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1534, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1535, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1536, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1537, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1538, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1539, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1395, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência poderia repetir, Sr. Presidente o que está colocando em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou anunciando a Ordem do Dia para amanhã. O Projeto n. 171/89 não será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Nós solicitamos, Sr. Presidente, a inclusão para amanhã, porque as informações virão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Como fica a análise da Comissão de Finanças?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão de Finanças já falou, e a Mesa determina também que se publique o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, qual foi a sua decisão, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto só será incluído na Ordem do Dia após...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não concordando com a decisão de Vossa Excelência, eu recorro ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Srs. Deputados que aprovam a inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Lei n. 171/89 queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, solicito verificação de votação. Aprovado. Eu retiro, Sr. Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requiro verificação de votação, anunciando-se previamente o que está sendo votado para que o nobre Líder do Governo não incorra em erro novamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 25 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação. A Mesa vai marcar uma sessão para amanhã da Assembléia Constituinte, às 14 horas, em consequência a matéria anunciada para a Ordem do Dia de amanhã, fica suspensa para a próxima sexta-feira. Até amanhã a Mesa espera receber as informações do Poder Executivo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Perfeitamente. Esta Liderança acata a decisão de Vossa Excelência ficando então para a Ordem do Dia de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desde que as informações cheguem à Mesa:

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo ao nobre Líder do Governo, se essas informações chegarem em tempo hábil, que não se faça como tem sido hábito até aqui, elas surjam em Plenário no momento de votação. Que haja pelo menos respeito parlamentar e que, tão logo as informações cheguem, sejam distribuídas cópias a todos os Srs. Deputados, independente de sigla partidária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia para sexta-feira a Sessão com a inclusão do Projeto 171/89. Desde já afirma que se as informações não chegarem o Projeto será retirado: ex-offício, sexta-feira pela manhã.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, apenas para encaminhar a questão da reunião que fizemos, pela manhã, da Liderança. Há uma proposta de alteração do Re-

gimento. Se haveria reunião de Lideranças agora, depois dessa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na sessão que vai ser anunciado o recebimento da proposta nº 1 da Comissão Constitucional.

Está encerrada a sessão e, logo em seguida, já convoco a Sessão da Constituinte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/89

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 218/89, 242/88, 275/88, 277/88, 50/89, 78/89, 79/89, 93/89, 130/89, 171/89 e do Projeto de Resolução nº 38/89.

Levanta-se a sessão.